



Memória das Atividades Participativas

Realizadas junto às pessoas
e comunidades atingidas
e às instâncias participativas

Produto: PAR06-19-P1

Mobilização/Participação Informada
Regiões 1 e 2
Janeiro a agosto de 2025



Em memória e honra
às 272 joias que perderam
a vida no rompimento da
barragem Mina Córrego
do Feijão em Brumadinho

Escritório BH2 – Projeto Paraopeba

Rua Adalberto Ferraz, 42 – Lagoinha – Belo Horizonte/MG

Aedas – Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social

CNPJ: 03.597.850/0001-07

www.aedasmg.org

E-mail: aedas@aedasmg.org

Expediente

Texto

Alana Souza
Caroline Malta
Kayene Cupertino
Liga Nonato
Luana Farias
Pamela Evelyn Ferreira
Scarlet Souza
Thais Mendes

Revisão

Alice Capanema
César Augusto Silva
Diva Braga
Giovana Galvão

Projeto Gráfico e Diagramação

Wagner Túlio Paulino

Eixo da participação informada.

Coordenação Geral de Mobilização R1

Janderson Santos

Coordenação Geral de Mobilização R2

César Augusto Silva

Coordenação Gestão de Informações

Alice Capanema

Coordenação Comunicação

Eliane Bezerra

Gerência Geral Participação Informada

Diva Braga

Diretrizes da Reparação do Acordo Judicial

Karina Moraes

Institucional

Gabriela Cotta

Reparação do Acordo Judicial

Ranúzia Netta

Coordenação Estadual

Cauê Melo

Luís Henrique Shikasho



Sumário

1.	INTRODUÇÃO.....	7
2.	DIREITO À PARTICIPAÇÃO INFORMADA: ESPAÇOS PARTICIPATIVOS.....	9
3.	PARTICIPAÇÃO COLABORATIVA E ENGAJADA NAS REUNIÕES DE COMISSÕES, VISITAS TÉCNICAS E CIRANDAS INFANTIS	11
3.2	REUNIÃO DE COMISSÕES.....	11
3.3	VISITAS TÉCNICAS.....	15
3.2	CIRANDA INFANTIL	19

1. INTRODUÇÃO

O presente caderno tem o objetivo de evidenciar a memória das atividades realizadas nos meses de janeiro a agosto de 2025, junto às pessoas e comunidades atingidas das regiões 1 e 2 da Bacia do Paraopeba. Com foco nos espaços participativos de Visitas Técnicas, Reuniões de Comissões e as Cirandas Infantis, espaços previstos no Plano de Trabalho, cuja responsabilidade principal é da equipe de Mobilização Social no Eixo da Participação Informada.

No Plano de Trabalho da Assessoria Técnica Independente (ATI), o Eixo da Participação Informada abrange as equipes de Mobilização da Região 1 (Brumadinho) e Região 2 (Betim, Mário Campos, São Joaquim de Bicas, Igarapé, Juatuba e Mateus Leme – pelos Povos e Comunidades Tradicionais), incluindo o acompanhamento de situações de vulnerabilidade, bem como as equipes de Comunicação e de Gestão da Informação. A equipe de Mobilização Social mobiliza as pessoas e comunidades atingidas, facilitando a garantia de sua participação e o engajamento no intuito de estruturar uma organização social que incida sobre o processo de reparação. Logo, este eixo contribui para a ampliação do protagonismo e autonomia das populações atingidas, facilitando sua organização, formação e apropriação de diversos conteúdos.

Nos últimos cinco anos, a Aedas tem realizado o atendimento e acompanhamento da população dos municípios atingidos pelo desastre-crime sociotecnológico da barragem da Vale S/A, que resultou na perda de 272 vidas, nas regiões 1 e 2 da bacia do Paraopeba, com o objetivo de assegurar a participação ativa nos processos de reparação integral.

É sabido que o rompimento da barragem em Brumadinho teve efeitos devastadores nas populações locais, agravando as vulnerabilidades existentes no território. Nesse contexto, a Aedas desempenha o importante papel de fornecer informações e suporte para que as pessoas atingidas possam acessar seus direitos e políticas públicas.

O público-alvo¹ da ATI inclui os 38.915 habitantes de Brumadinho e os aproximadamente 538.657 habitantes dos municípios de Betim, Igarapé, Juatuba, Mário Campos, São Joaquim de Bicas e Mateus Leme/PCTRAMA. No

¹ Soma da população dos municípios atingidos. Censo 2022: População e Domicílios – Primeiros Resultados – Atualizado em 22/12/2023.

entanto, o público engajado nas atividades da Assessoria corresponde a 7.469 pessoas na Região 1 e 14.652 na Região 2. Por "público engajado", entendemos a população atingida que, em algum momento, foi diretamente atendida pela ATI, seja pelo Registro Familiar, em grupos virtuais informativos ou participando de espaços relacionados à reparação.

Esse público abrange grupos sociais vulneráveis, como mulheres, homens, crianças e adolescentes, pessoas negras, Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), pessoas idosas, pessoas com deficiência, Familiares de Vítimas Fatais (FVF), entre outros grupos sociais que exigem abordagens especializadas, cuidadosas e sensíveis.

Na Região 1, as famílias de vítimas fatais enfrentam um luto coletivo e individual, com repercussões na saúde mental, despesas médicas e desestruturação familiar. A Zona Quente, epicentro do desastre-crime, abrange nove comunidades, entre elas um quilombo. Outras áreas da região também são atingidas como a sede e a zona rural. Os danos são extensivos e continuados.

Já na Região 2, a Aedas assessora 24 comunidades em Betim, 23 comunidades em Mário Campos, 26 comunidades em São Joaquim de Bicas, 7 comunidades em Igarapé, 15 comunidades em Juatuba e os Povos e Comunidade Tradicionais em Mateus Leme.

No que se refere aos Povos e Comunidades Tradicionais, na Região 1, a ATI assessora 13 comunidades quilombolas, sendo 6 certificadas pela fundação Palmares e 7 em processo de certificação (embora não tenham certificação formal, a Aedas respeita a autodeclaração e a autodefinição das comunidades tradicionais, conforme a Convenção 169 da OIT). Ainda na Região 1, a ATI assessora 1 comunidade tradicional ribeirinha. Na Região 2, são acompanhadas 46 comunidades tradicionais de Matriz Africana organizadas a partir da coletividade PCTRAMA (Povos e Comunidades de Tradição Religiosa Ancestral de Matriz Africana), também assessora 1 comunidade indígena e 1 comunidade quilombola.

Nos territórios assessorados, há registros de vulnerabilidade e extrema vulnerabilidade em relação à moradia, mobilidade, qualidade da água, insegurança alimentar e saúde física e mental, com a maioria das demandas relacionadas a mulheres.

A Aedas registrou, entre janeiro e agosto de 2025, a presença de 252 crianças e adolescentes atingidos, em espaços de Ciranda, onde discutem

temas relevantes como racismo ambiental e reparação integral. Esses espaços garantem que as crianças sejam reconhecidas como sujeitos de direitos e tenham suas vozes ouvidas.

2. DIREITO À PARTICIPAÇÃO INFORMADA: ESPAÇOS PARTICIPATIVOS

No plano de trabalho, são considerados nove tipos de espaços participativos que viabilizam a participação informada da população atingida. Esses espaços possuem objetivos e públicos-alvo diferenciados e podem ser acionados por equipes diversas. São eles:

Comissão de atingidos e atingidas. Espaço organizativo da população atingida, anterior à ATI, onde são debatidas questões coletivas ou individuais coletizáveis e realizados encaminhamentos dentro do processo de reparação. Cumprem o papel de articulação e mobilização social, deliberação e acúmulo nos espaços participativos da ATI. Público-alvo: Lideranças das comissões de atingidas (os). Quantitativos: Foram realizados 88* espaços. *Incluindo reuniões de comissão específicas de PCTRAMA e Quilombos.	Agentes Multiplicadores (AGMs) Espaços que reúnem pessoas atingidas que, por seu envolvimento ativo no processo de reparação dos danos, destacam-se em suas comunidades e participam de reuniões dentro dos eixos temáticos, cumprindo papel de disseminação de informações, deliberação e acúmulo nos espaços participativos da ATI. Público-alvo: Agentes Multiplicadores (AGMs). Quantitativos: Foram realizados 5 espaços.	Reuniões Intercomunitárias Espaço de coletivização dos temas de interesse das comunidades, acionada dentro da metodologia de execução do Plano de Trabalho e servem para atendimento das demandas das comunidades atingidas para fins de informação, orientação, e elaboração de encaminhamentos. Público-alvo: Atingidas e atingidos. Quantitativos: Foram realizados 90 espaços.	Visitas técnicas Cumprir papel central de diálogo comunitário imediato, identificando demandas e possíveis encaminhamentos, preparação das pessoas atingidas para participação em atividades externas etc. Público-alvo: Atingidas e atingidos. Quantitativos: Foram realizados 676 Visitas.
--	--	--	--

Reuniões comunitárias. Espaço importante de organização social e autonomia das pessoas atingidas. Onde ocorre a coletivização dos temas de interesse da comunidades. Podem acontecer de forma auto-organizada com recursos e mobilização da própria comunidade com acompanhamento da ATI, ou acionada dentro da metodologia do de execução do Plano de Trabalho e servem para atendimento das demandas das comunidades atingidas para fins de informação, orientação, e elaboração de encaminhamentos. Público-alvo: Atingidas e atingidos. Quantitativos: Foram realizados 2 espaços.	Ciranda Infantil. Espaço lúdico de escuta, acolhimento de demandas, e participação ativa das crianças e dos adolescentes. Público-alvo: Crianças e adolescentes atingidas (os). Quantitativos: Foram realizados 30 espaços.	Espaço cidadão Espaço cidadão ou comitiva de participação cidadã são espaços que não são vinculados diretamente ao Acordo, mas estão relacionados à reparação e cumprem papel importante para a sociedade civil enquanto locais de controle social, participação e deliberação cidadã Público-alvo: Atingidas e atingidos. Quantitativos: Foram realizados 8 espaços.	Formação em Direitos Espaços formativos sobre garantia dos direitos das pessoas atingidas no processo de reparação. Público-alvo: Atingidas e atingidos. Quantitativos: Foram realizados 3 espaços.
Oficina de Comunicadores Populares Espaço que busca subsidiar as lideranças e AGMs com os instrumentos necessários para produção e disseminação autônoma de informações pela/para a população atingida. Público-alvo: Lideranças das comissões de atingidas (os) e AGMs. Quantitativos: Foram realizados 3 espaços.			

3. PARTICIPAÇÃO COLABORATIVA E ENGAJADA NAS REUNIÕES DE COMISSÕES, VISITAS TÉCNICAS E CIRANDAS INFANTIS

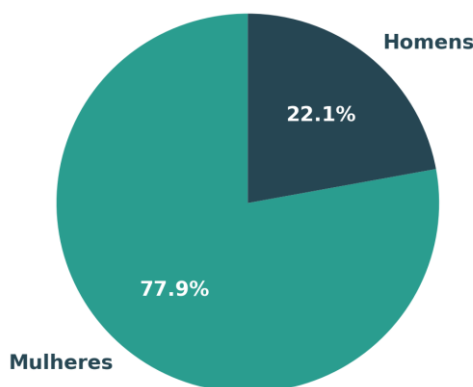
No contexto do acompanhamento realizado pela equipe de mobilização social, destacam-se estes três espaços centrais: **Reuniões de Comissões**, **Visitas Técnicas**, e **Cirandas Infantis** que estão sistematizados neste caderno. É por meio dessas atividades que a mobilização social busca ampliar o protagonismo e a autonomia das pessoas atingidas no processo de reparação de danos.

3.2 REUNIÃO DE COMISSÕES

As reuniões de Comissões de atingidos e atingidas são espaços realizados ordinariamente – presenciais ou virtuais – com as comissões de cada região, para deliberar e propor ações no processo reparatório. Atualmente, as reuniões, organizadas pelas equipes de Mobilização², ocorrem semanalmente em todas as quintas-feiras e abordam uma variedade de pautas de acordo com as necessidades coletivas das comissões, bem como em função de encaminhamentos que precisam ser tratados, discutidos e realizados pelas pessoas atingidas.

Entre os meses de janeiro e agosto de 2025 foram realizadas 55 reuniões de comissões, sendo 27 na Região 1 e 27 na Região 2, sendo também realizada uma com a participação conjunta da Região 1 e 2. Com 1451 participações de atingidos e atingidas. Dessas participações, 1130 foram de mulheres e 463 de homens. Em ambas as regiões a participação feminina foi preponderante.

² Há também reuniões de comissões específicas de Povos e Comunidades Tradicionais, respeitando o protocolo de consulta Livre, Prévia, Informada e de Boa-fé, que acontecem na Região 2 quinzenalmente, com os Povos e Comunidades de Tradição Religiosa Ancestral de Matriz Africana (PCTRAMA) e na Região 1, conforme demanda dos quilombos.



Participação dos atingidos nas reuniões de comissões na Região 1 e 2

As pautas das reuniões são construídas de forma colaborativa entre ATI e pessoas atingidas, considerando o andamento das pautas da reparação, para garantia do apoio técnico da ATI aos vários anexos do acordo judicial. Respeitando as especificidades territoriais, os assuntos e pautas são tratados conforme realidade de cada região, sendo coincidentes em temas comuns da Reparação que tangenciam a Bacia, bem como em questões identificadas como coletivizáveis de ambas as regiões. Destaca-se que em todas as reuniões de comissões há um espaço exclusivo para levantamento de demandas e informes pelas pessoas atingidas presentes, para levantamentos de questões e demandas importantes aos territórios.

O tema do anexo I.1 foi preponderante nas reuniões de comissões de ambas as regiões, ressalta-se a inauguração em junho/25 dos 2 anos do projeto piloto, a apresentação de pautas das reuniões intercomunitárias com o objetivo de indicar os conselheiros locais e regionais, espaços para organização social dos territórios, com o objetivo de fortalecer a governança popular do anexo, e a elaboração da sementeira de projetos. Esse processo gerou novas demandas de debates, reflexões, apresentação de cronogramas da Assessoria Técnica e da Entidade Gestora nas reuniões de comissões.

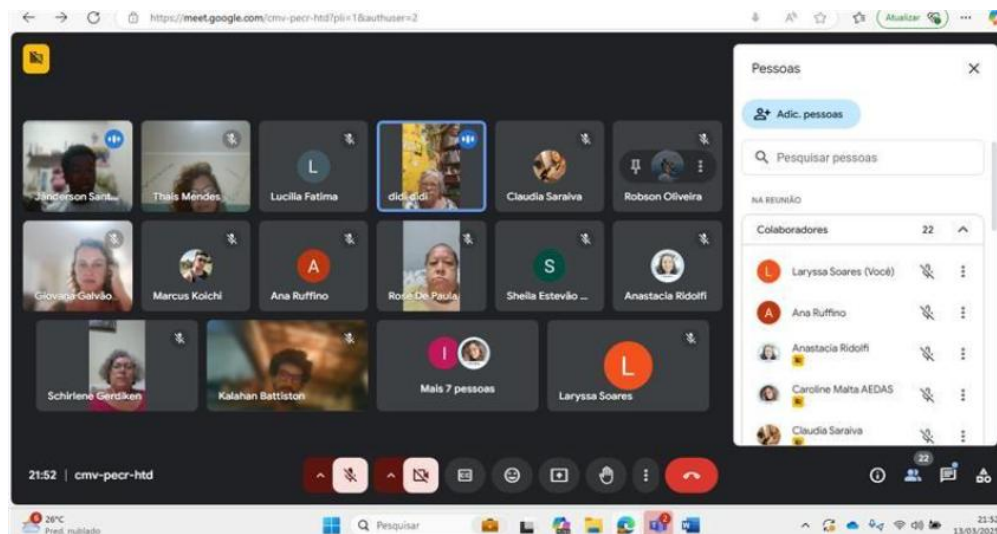


Reunião de comissões realizada no dia 29/05/2025 na R2

O Programa de Transferência de Renda foi assunto assíduo nas reuniões de comissões, devido aos comunicados de redução, no início de 2025, nos valores pagos e posteriormente a finalização do Programa. Os comunicados da Fundação Getúlio Vargas e Instituições de Justiça geraram indignação nas comissões de ambas as regiões, que se organizaram durante este período para manifestar sua insatisfação, buscar canais de diálogos e respostas das Instituições de Justiça e, sobretudo, para instituir um novo Auxílio Emergencial fundamentado na Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB).

Aconteceram, ainda, discussões sobre os Projetos Comunitários dos Anexos I.3 (Região 2) e I.4 (Região 1) para acompanhamento e debate sobre o andamento dos projetos, com ênfase no Fomento Agro. Outro tema recorrente foi o debate sobre a liquidação coletiva dos danos individuais, sobretudo a suspensão dos processos individuais.

Ademais, o debate sobre a exposição a metais pesados e os efeitos na saúde da população atingida esteve no centro de várias reuniões de comissões refletindo a preocupação com os danos causados pelo desastre nas condições de vida da população. Outras pautas de relevância incluíram o custeio das Assessorias Técnicas Independentes, debates jurídicos sobre liquidação coletiva, suspensão de ações individuais e julgamentos em instâncias superiores, bem como o acompanhamento da Entidade Gestora e das Instituições de Justiça.



Reunião de comissões realizada no dia 13/03/2025 na R1

Assim, constata-se que os pontos trabalhados se organizam em dimensões complementares: comunitária e política – marcada pelo protagonismo das lideranças e pela mobilização social; técnica – vinculada ao acompanhamento dos anexos do acordo e das ações de reparação; e jurídica e institucional – com ênfase no acompanhamento das decisões judiciais e do papel das Instituições de Justiça. Em síntese, o conjunto das reuniões revela que as Regiões 1 e 2 têm estruturado um processo de participação na reparação de forma abrangente, que contempla tanto demandas materiais, como renda, saúde, agricultura e serviços públicos, quanto dimensões simbólicas e sociais, essenciais à reconstrução do território e ao fortalecimento da vida comunitária.

Em resumo, são muitas as pautas debatidas nos espaços de reuniões de comissões das regiões 1 e 2, que extrapolam os temas listados. Essas reuniões semanais são momentos de extrema importância para as comissões, cumprindo um papel imprescindível de alinhamento de pautas e de construção coletiva sobre todo o processo da reparação.

COMUNIDADES PRESENTES NAS REUNIÕES DE COMISSÕES	
BRUMADINHO	ÁGUAS CLARAS, ARANHA, ASSENTAMENTO PASTORINHAS, BELA VISTA, CASA BRANCA, CARNEIROS, CENTRO, COLÉGIO, COMUNIDADE TRADICIONAL RIBERINHA DA RUA AMIANTO, CORONEL EURICO, CÓRREGO FERREIRA, EIXO QUEBRADO, JOSÉ HENRIQUES, JOTA, MARICOTA, MARQUES,

	MASSANGANO, MELO FRANCO, MONTE CRISTO/CORREGO DO BARRO, PALHANO, PARQUE DA CACHOEIRA, PIEDADE DO PARAPEBA, PLANALTO, PONTE DAS ALMORREIMAS, PRESIDENTE BARROCA, QUILOMBO SANHUDO, SALGADO FILHO, SÃO CONRADO, SÃO JOSÉ DO PARAPEBA, TEJUCO.
MÁRIO CAMPOS	BELA VISTA, BOM JARDIM, CAMPO VERDE, CHACARÁ MARIA ANTONIETA, FUNIL, RETA 1, RETA 2, RETA DO JACARÉ, VILA ONDINA., VILA DAS AMOREIRAS,
BETIM	ALTO DA BOA VISTA, ASSENTAMENTO 2 DE JULHO, FLORES E FLORESTAS, DICALINO DE CABRAL, CRUZEIRO, COLÔNIA SANTA ISABEL, CHARNECA, SÃO SALVADOR II, SOL NASCENTE, SÃO MARCOS, VILA NOVA, MONTE CALVÁRIO,
SÃO JOAQUIM DE BICAS	BOA ESPERANÇA, FAROFA, FHEMIG, IMPERADOR, VALE DO SOL I, VALE DO SOL II, IMPERADOR, TEREZA CRISTINA, PRIMAVERA, PEDRA BRANCA, NAZARÉ.
IGARAPÉ	BERVELY, BREJO, SANTA ANA, BORBA GATO
JUATUBA	FRANCELINOS, SATÉLITE, PONTE NOVA, OCUPAÇÃO SANTA FÉ.

3.3 VISITAS TÉCNICAS

As visitas técnicas correspondem à forma mais próxima de contato da equipe Aedas com a população atingida. No conjunto da metodologia participativa, as visitas técnicas desempenham o papel central de diálogo comunitário imediato, na identificação de demandas e possíveis encaminhamentos, na preparação das pessoas atingidas para participação em atividades externas, entre outros aspectos. Tais visitas podem ser realizadas de forma presencial ou virtual, a depender da natureza e complexidade da demanda e das necessidades apontadas pela comunidade.

As ações previstas para serem conduzidas por meio de Visitas Técnicas incluem o acompanhamento de demandas de vulnerabilidade e extrema vulnerabilidade, diálogos com comissões e lideranças comunitárias locais, mobilização para participação em espaços participativos e distribuição de materiais informativos (como jornais, cartazes, cartilhas etc.), além das devolutivas de resultados de consultorias contratadas.

Inclui, ainda, o assessoramento aos Povos e Comunidades Tradicionais nas diferentes etapas de detalhamento dos projetos priorizados no âmbito

dos Anexos I.3 e I.4. Por fim, as visitas técnicas englobam também o acompanhamento de pessoas atingidas em sua participação em atividades ou reuniões com agentes externos como as Instituições de Justiça, autoridades municipais, secretarias, e representantes do Estado.

Nas regiões 1 e 2 foram realizadas 423 visitas técnicas, sendo 364 presenciais e 59 virtuais nas comunidades acompanhadas. Nas duas regiões, as Visitas Técnicas realizadas para a Organização Social do Território e Governança Popular do Anexo I.1 tiveram destaque, em função da necessidade de avançar na estruturação dos conselhos locais, como instâncias de participação na Governança Popular do Anexo I.1. Também houve Visitas Técnicas para diálogo com lideranças e distribuição do Jornal Vozes do Paraopeba em suas Edições 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44 e 45.



Na região 1, permaneceram ainda as Visitas Técnicas realizadas para acompanhamento dos atos promovidos pela comunidade de Familiares de Vítimas Fatais, que ocorrem mensalmente no dia 25 de cada mês, com o objetivo de evidenciar a luta por memória, encontro, justiça e não repetição. E as Visitas Técnicas para acompanhamento da formação em defesa dos territórios frente à mineração, realizados pela Frente Igreja e Mineração.

Nº de Visitas Técnicas	VISITAS R1	VISITAS R2	Nº de Participações
441	226	215	1.436

Visitas Técnicas realizadas pelas equipes de Mobilização de maneira concomitante.

Linha do Tempo			
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL
 VI Romaria pela Ecologia Integral - Brumadinho	 Reunião sobre conferência de danos para anexo I.1 - Brumadinho  Acompanhamento de reunião na comunidade - Mário Campos	 Acompanhamento de solenidade de lideranças da região I na ALMG - Belo Horizonte  Visita Técnica - Brumadinho	 Acompanhamento ato por Justiça, Encontro e Memória - Brumadinho
 Reunião virtual sobre organização das Lideranças locais - São Joaquim de Bicas	 Reunião de fortalecimento das lideranças - Igarapé	 Reunião de fortalecimento das lideranças - Igarapé	 Visita Técnica - Brumadinho
 Acompanhamento de reuniões na comunidade - Betim	 Entrega de Jornais - S. J. Bicas	 Entrega de Jornais - Betim	 Acompanhamento de Reunião na comunidade - Betim
 Diálogo sobre o andamento do Anexo I.1 - Betim	 Reunião intercomunitária sobre conferência de danos para anexo I.1 - Brumadinho	 Acompanhamento de Reunião na comunidade - Juatuba	 Acompanhamento de Reunião na comunidade - Juatuba

Linha do Tempo			
MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO
 Reunião de atualização sobre os temas da reparação – São Joaquim de Bicas Discussões sobre os Conselhos Locais do Anexo I.1 – Brumadinho	 Reunião de atualização sobre os temas da reparação – São Joaquim de Bicas  Solenidade início do anexo I.1 – Belo Horizonte	 Acompanhamento de reunião na comunidade – Mário Campos  Visita Técnica – Brumadinho	 Acompanhamento da inauguração do complexo em Ponte das Almorreimas – Brumadinho
 Reunião com a Secretária do Meio Ambiente – Betim	 Visita Técnica – Brumadinho	 Visita técnica aos agricultores da Zona Quente – Brumadinho	 Visita técnica – Mário Campos
 Reunião de atualização sobre a reparação – Juatuba	 Reunião sobre o Anexo I.1 – São Joaquim de Bicas		
 Reunião de atualização sobre a reparação – São Joaquim de Bicas	 Reunião virtual com as comissões – Região 2	 Visita técnica virtual – São Joaquim de Bicas	 Visita Técnica híbrida sobre a regularização fundiária da comunidade Santa Fé – Juatuba

3.2 CIRANDA INFANTIL

A Ciranda Infantil se configura enquanto espaço lúdico de escuta, de formação, de educação, de acolhimento de demandas, de participação e de decisões das crianças e dos adolescentes atingidos, garantindo a participação ativa desses sujeitos durante todo o processo de luta pela reparação integral. O público-alvo são as crianças e adolescentes atingidas (os).



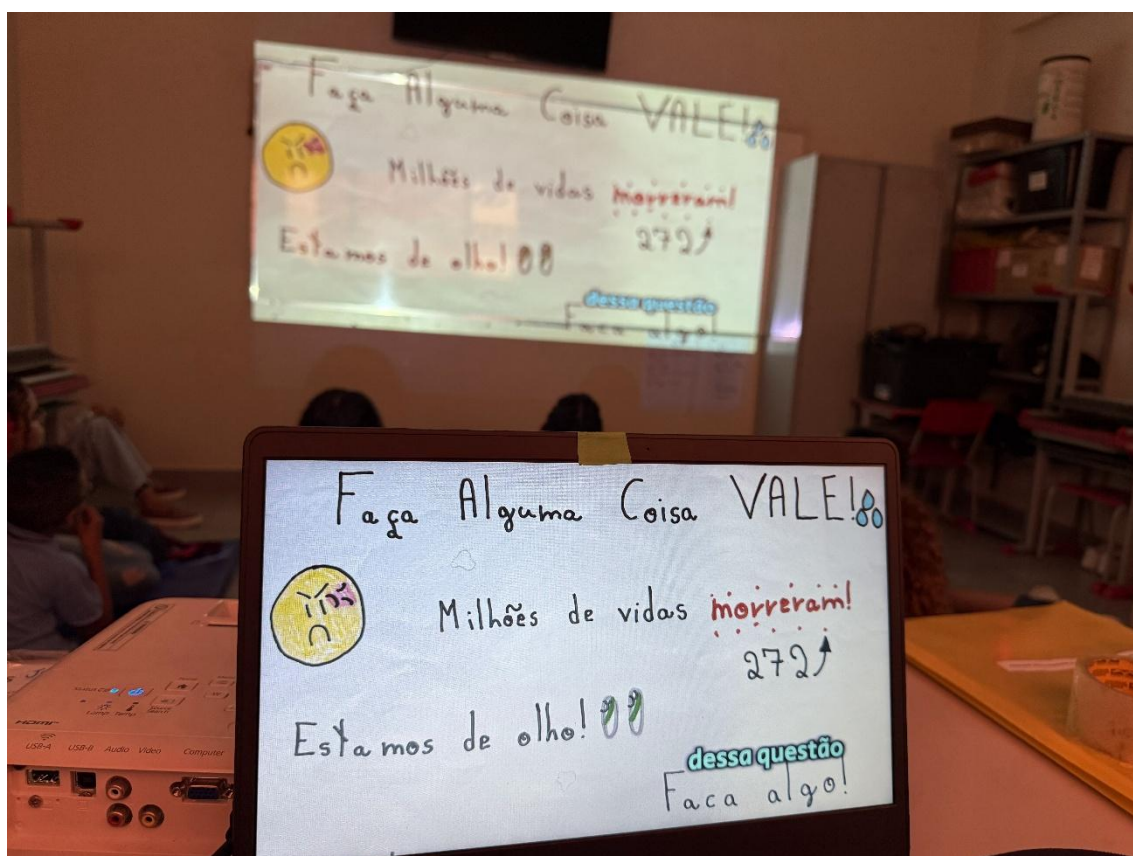
Ciranda Infantil na Reunião Intercomunitária em São Joaquim de Bicas

No período de 01 de janeiro a 31 de agosto foram realizadas trinta (30) Cirandas Infantis presenciais, nas regiões 1 e 2, tendo a participação de 252 crianças e adolescentes, sendo 57,3% de meninas e 42,7% de meninos. Nesse processo atendemos em participação 46 crianças e adolescentes de Povos e Comunidades Tradicionais.

No quesito racial, nosso público de crianças e adolescentes é de 57,69% pardo, 14,1% preto, 19,23% branco, 0,85% amarelo e não declarou com 5,13%.

A Ciranda Infantil, assim como os demais Espaços Participativos, segue uma metodologia inclusiva, favorecendo a participação de crianças, adolescentes e jovens em sua diversidade. Nesse sentido, o público da

Ciranda também é formado de crianças, adolescentes e jovens que são Pessoas com Deficiência (PCDs), desde deficiência intelectual à física, a exemplos de hidrocefalia e microcefalia. Além disso, temos um público neurodivergentes significativo, principalmente, de crianças e adolescentes com autismo e Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH). Nesse sentido, são 11,96% de crianças e adolescentes atingidos PCDs e neurodivergentes que foram assessorados pela Aedas.



Exibição do Filme Vale Cara de Pau em Ciranda Infantil da Reunião Intercomunitária de Juatuba.

Os principais temas abordados nas Cirandas Infantis foram: Devolutivas dos filmes| Balanço 2024 (oficina audiovisual); Cápsula do tempo | PTR (construção de um jogo); Criação de um jogo de tabuleiro com cartas sobre os danos coletivos sofridos pelas infâncias e suas comunidades; Arte e Luta; Crise Climática e justiça climática; Formação em Direitos Humanos dos Povos e Comunidades Tradicionais das Regiões 1 e 2; Carta aberta das crianças e adolescentes atingidos; Oficina de fotografia e audiovisual; Danos às infâncias atingidas por barragens; Atingidos/das em luta pela

manutenção de seus direitos; Oficina de comunicação; Formação em Direitos Humanos; Reunião Setores Zona Quente; Oficina de Comunicação; Participação com dignidade; Conhecendo o território; Projetos das infâncias para as infâncias, Maneiras de se expressar e Alimentação saudável.

Este documento é uma produção da Aedas - Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social. Trata-se do **Caderno com Memória das atividades realizadas junto às pessoas e comunidades atingidas e às instâncias participativas (produto PAR06-19-P1)**, elaborado pelas equipes do Eixo Participação Informada, a partir da sistematização das visitas técnicas, reuniões de comissões e cirandas infantis realizadas pela Aedas nas Regiões 1 e 2 da Bacia do Paraopeba entre janeiro e agosto de 2025. A elaboração deste produto contribui para subsidiar as pessoas atingidas no acesso à direitos, com o apoio das Assessorias Técnicas Independentes (ATIs) no processo de luta pela Reparação Integral.